

Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

PC-RJ

Delegado de Polícia

A apostila preparatória é elaborada antes da publicação do Edital Oficial com base no edital anterior, para que o aluno antecipe seus estudos.

Volume I

JL004-N9-A

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro - PC-RJ

Delegado de Polícia

Atualizada até 08/2019

AUTORES

Direito Penal - Profº Rodrigo Gonçalves

Direito Processual Penal - Profº Ricardo Razaboni

Direito Administrativo - Profª Bruna Pinotti

Direito Constitucional - Profº Fernando Zantedeschi

Medicina Legal - Profº Ricardo Razaboni

Direito Civil- Profª Mariaela Cardoso

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina

Leandro Filho

Christine Liber

DIAGRAMAÇÃO

Thais Regis

Renato Vilela

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:
www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!
Você já pode acessar os conteúdos online.



SUMÁRIO

DIREITO PENAL

PONTO 1 a) Princípios constitucionais e gerais do Direito Penal. Fontes do Direito Penal. Teoria da norma penal e aplicação da lei penal. Reincidência. b) Causas extintivas da punibilidade. Escusas absolutórias. c) Da ilicitude. Causas legais e supralegais excludentes da ilicitude. Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/65). d) Dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio. e) Dos crimes contra a família. Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06). f) Crimes hediondos (Lei nº 8.072 de 1990 e suas alterações). Organizações Criminosas (Lei nº 9.034, de 1995). g) Crimes de tortura (Lei nº 9.455 de 1997). Identificação criminal do civilmente identificado (Lei nº 12.037/09); dos crimes contra a fé pública. h) Dos crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03), Crimes tipificados no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503/97), Lei das Interceptações Telefônicas (Lei nº 9.296/96). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340 de 2006). i) Aspectos penais da Lei dos Transplantes de órgãos (Lei nº 9.434 de 1997). Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/98). Crimes falimentares (Lei nº 11.101 de 2005). j) Dos crimes contra a dignidade sexual. k) Dos crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990); dos crimes contra a paz pública.....

01

PONTO 2 a) do tipo penal; Tipicidade; desistência voluntária, arrependimentos eficaz e posterior, crime impossível. b) Concurso/conflito aparente de normas. Reincidência. c) Erro de tipo e erro de proibição; descriminantes putativas; escusas absolutórias. d) Do concurso de pessoas. e) Do concurso de crimes. f) Dos crimes contra a pessoa e contra honra. g) Dos crimes contra o patrimônio. h) Dos crimes previstos na Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06). i) Dos crimes contra a fé pública. j) Dos crimes previstos nas Leis 8.069/90. Crimes Tipificados nas Leis de Licitações (Lei nº 8.666 de 1993). Crimes tipificados no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97). Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/98). Dos crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990). k) Aspectos penais da Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521 de 1951). Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898 de 1965). Crimes falimentares (Lei nº 11.101 de 1995). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340 de 2006). Delação Premiada (Lei nº 9.807/99).....

69

PONTO 3 a) Teoria do crime. b) Do concurso de crimes e de pessoas. c) Relação de Causalidade. d) Iter Criminos. Desistência voluntária, arrependimentos eficaz e posterior e crime impossível. e) Aplicação da Lei Penal no Tempo e no Espaço; reincidência. f) Tentativa e consumação; desistência voluntária; arrependimento eficaz; crime impossível. g) Dos crimes contra a pessoa. h) Dos crimes contra o patrimônio. i) Contravenções penais; Causas especiais de aumento e diminuição da pena. j) Lei nº 4.898/65 e Lei nº 8072/90 (com leis modificadoras). k) Dos crimes tipificados na Lei do Estatuto do idoso (Lei nº 10.741 de 2003). Dos crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06). Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06).....

121

PONTO 4 a) Do concurso de pessoas e de crimes. Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Dos efeitos da condenação. b) Abuso de Autoridade (Leis nº 4.898 de 1965). Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990). Crimes de Tortura (Lei nº 9.455 de 1997). c) Dos crimes contra a Administração Pública. d) Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a paz pública. e) Das contravenções penais. Classificação doutrinárias das infrações penais. f) Dos crimes previstos na Lei do Parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766 de 1979). Dos crimes contra a propriedade Intelectual (Lei nº 9.609 de 1998). Crimes contra a ordem tributária e econômica (Lei nº 8.137 de 1990). g) Dos crimes tipificados nas Leis de preconceito e aos dos deficientes físicos (Lei nº 7.716 de 1989 e Lei nº 7853 de 1989). h) Dos crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826 de 2003). Lei Antidrogas (Lei nº 11.343 de 2006). i) Artigo 9º (nono) do Código Penal Militar. Teoria das Circunstâncias. j) Dos crimes de tortura (Lei nº 9.455 de 1997). k) Dos crimes previstos na Lei de Sonegação Fiscal (Lei nº 4.729 de 1965). Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613 de 1998).....

135

SUMÁRIO

PONTO 5 a) Da culpabilidade. Causas excludentes da culpabilidade. Classificação doutrinárias das infrações penais. b) Fato típico – dolo e culpa. Do erro essencial, accidental e de proibição. Concurso de pessoas e de crimes. c) Das penas: espécies, cominação e aplicação. d) Dos crimes contra a pessoa. e) Dos crimes contra o patrimônio. f) Dos crimes contra a dignidade pessoal. g) Dos crimes contra a honra (Lei nº 7.716 de 1989). h) Crimes contra o consumidor e contra a ordem tributária e econômica (Lei nº 8.078 de 1990 e Lei nº 8.137 de 1990. Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei nº 8.666 de 1993). Crimes tipificados no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503 de 1997). i) Lei nº 11.340/06. Lei nº 11.343/06. j) Dos crimes contra a Administração Pública. k) Crimes contra o meio-ambiente.....	144
PONTO 6 a) Princípios Constitucionais e gerais do direito penal. Fontes do direito penal. Teoria da norma penal e Aplicação da Lei Penal. Reincidência. b) Causas extintivas da punibilidade. Escusas absolutórias. c) Do tipo penal. Tipicidade. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e posterior. Crime impossível. d) Erro de Tipo e Erro de Proibição. Discriminantes Putativas. Escusas absolutórias. e) Do Concurso de Pessoas. f) Dos Crimes contra a pessoa. g) Dos crimes contra o patrimônio. h) Dos crimes contra a dignidade pessoal. i) Dos crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990). Dos crimes contra a Paz Pública. j) Lei Antidrogas (Lei nº 11.343 de 2006). k) Dos crimes eleitorais. (Lei nº 9.504 de 1997).....	156

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PONTO 1

a) Investigação Criminal. Do inquérito Policial. Segurança Pública (art. 144, CRF/88).....	07
b) Prisões cautelares. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89).....	29
c) Das nulidades. Nulidades na investigação Criminal. Nulidades no inquérito policial e no Processo penal.....	34
d) Habeas Corpus. Mandado de Segurança em matéria criminal. Revisão criminal.....	57
e) Sistemas processuais penais. O Juiz, O Ministério Público, a Autoridade Policial, o Defensor do acusado. Garantias constitucionais do processo penal.....	01
f) Lei da Execução Penal (Lei nº 7.210 de 1984). Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034 de 1995). Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099 de 1995). Juizados Especiais (Lei nº 10.259 de 2001). Interceptação telefônica (Lei nº 9.296 de 1996). Lei Antidrogas (Lei nº 11.343 de 2006). Violência Doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340 de 2006). Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613 de 2008).....	64
g) Jurisdição e competência. Atribuição e circunscrição.....	16
h) A reforma processual penal (Leis 11.689/08, 11.690/08, 11.719/08, 11.900/09 e 12.403/2011).....	87

PONTO 2

a) Investigação Criminal. Polícia Judiciária. Do Inquérito Policial. Da prova.....	07
b) Da ação penal. O Juiz, O Ministério Público, a Autoridade Policial, o Defensor do acusado. Garantias constitucionais do processo penal.....	05
c) Do relaxamento da prisão, da liberdade provisória e da revogação da prisão preventiva.....	29
d) Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898 de 1965). Lei Antidrogas (Lei nº 11.343 de 2006). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990). Lei de Falências (Lei nº 11.101 de 1995). Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099 de 1995). Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 10.259 de 2001). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340 de 2006). Lei da Interceptação telefônica (Lei nº 9.296 de 1996).....	64
e) Prisões cautelares. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89).....	29
f) Aditamento à denúncia ou à queixa.....	11
g) Princípios e Norma Processual Penal: fontes e eficácia. Interpretação retrospectiva e interpretação prospectiva no Processo Penal.....	01
h) A reforma processual penal (Leis 11.689/08, 11.690/08, 11.719/08, 11.900/09 e 12.403/2011).....	87

SUMÁRIO

PONTO 3

a) Investigação Criminal. Do Inquérito Policial. Princípios que regem a persecução penal.....	01
b) Garantias constitucionais do processo penal. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto nº 678/92) – Pacto de San Jose da Costa Rica. Pacto internacional dos Direitos Civis e Políticos (Decreto nº 591/92).....	88
c) Disposições gerais da prisão. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão Preventiva.....	29
d) Do procedimento nos crimes dolosos contra a vida.....	29
e) Habeas Corpus. Do relaxamento da prisão, da liberdade provisória e da revogação da prisão preventiva.....	29
f) Lei Antidrogas (Lei nº 11.343 de 2006). Lei da Execução Penal (Lei nº 7.210 de 1984). Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034 de 1995). Lei dos Juizados especiais (Lei nº 9.099 de 1995). Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 10.259 de 2001). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340 de 2006). Propriedade Intelectual (Lei nº 9.609 de 1998). Lei de Falência (Lei nº 11.101 de 2005).....	64
g) O Juiz, O Ministério Público, a Autoridade Policial, o Defensor do acusado.....	26
h) Questões prejudiciais, das exceções, da restituição de coisas apreendidas e das medidas assecuratórias. Incidentes (sanidade e falsidade). Da prova.....	19
i) Processo penal e Constituição: Interpretação retrospectiva e interpretação prospectiva.....	88

PONTO 4

a) Investigação Criminal. Inquérito policial. Liberdade Provisória.....	07
b) Jurisdição e competência. Atribuição.....	16
c) Dos prazos processuais e procedimentais.....	38
d) Da prova. Da sentença. Dos recursos em geral.....	36
e) Crime Organizado (Lei nº 9.034 de 1995). Juizados Especiais (Lei nº 9.099 de 1995). Juizados Especiais (Lei nº 10.259 de 2001). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340 de 2006). Lei da Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296 de 1996). Competência da Polícia Judiciária Militar (Lei nº 9.299 de 1996). Lei Antidrogas (Lei nº 11.343 de 2006).	64
f) Aditamento à denúncia e à queixa.....	11
g) Citações e Intimações. Preclusão. Coisa Julgada.....	34
h) Da interceptação das comunicações ambientais, telefônicas e de dados. Buscas Domiciliares. Intervenções Corporais.....	88

PONTO 5

a) Investigação Criminal. Inquérito policial. Controle da Atividade Policial.....	07
b) Disposições gerais da prisão. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva.....	29
c) Procedimentos e Prazos no Processo Penal.....	29
d) Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990). Crimes Hediondos (Lei nº 8.072 de 1990). Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099 de 1995). Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 10.259 de 2001). Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296 de 1996). Propriedade Intelectual Lei nº 9.609/98. Proteção a vítima e a testemunha (Lei nº 9807 de 1999) Lavagem de dinheiro ou ocultação de bens e valores (Lei nº 9.613 de 2006).....	64
e) Garantias constitucionais do processo penal. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto nº 678/92) – Pacto de San Jose da Costa Rica. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (Decreto nº 591/92). Princípios do Processo Penal.....	88
f) O Juiz, O Ministério Público, a Autoridade Policial, o Defensor do acusado.....	26

SUMÁRIO

g) Da interceptação das comunicações ambientais, telefônicas e de dados. Busca Domiciliares. Intervenções Corporais. Da prova.....	19
h) A reforma processual penal (Leis 11.689/08; 11.690/08; 11.719/08, 11.900/09 e 12.403/2001).....	88

PONTO 6

a) Alterações do Código de Processo Penal (Leis, 8.072/90, 11.689/08; 11.690/08; 11.719/08, 11.900/09 e 12.403/2011).....	64
b) Aspectos processuais da Lei 8.069/90, 8.078/90 9.503/97, 9.504/97 e 9.605/98.....	88
c) Disposições gerais da prisão. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão Preventiva.....	29
d) Questões prejudiciais, das exceções, da restituição de coisas apreendidas e das medidas assecuratórias. Incidentes (sanidade e falsidade).....	88
e) Investigação Criminal. Polícia Judiciária. Do Inquérito Policial. Da prova.....	07
f) Da interceptação das comunicações ambientais, telefônicas e de dados. Buscas Domiciliares. Intervenções Corporais.....	88
g) Relaxamento da prisão, da liberdade provisória e da revogação da prisão preventiva.....	29
h) Da prova. Da sentença. Dos recursos em geral.....	36

DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO 1 a) Conceito de Direito Administrativo, taxinomia, princípios explícitos e implícitos, interpretação, tendências contemporâneas.....	01
b) Discricionariedade: conceito, limites, controle de legalidade. Desvio de poder. Razoabilidade e proporcionalidade.....	06
c) Ato administrativo: noções gerais, elementos, características. Desfazimento: anulação e revogação. Classificação. Prescrição.....	09
PONTO 2 a) Contratos administrativos: noções gerais, princípios, elementos, características, formalização, prazo, alteração, revisão, prorrogação, renovação, reajuste contratual, execução e inexecução, cláusulas exorbitantes, anulação, revogação, equilíbrio econômico-financeiro, extinção e consequências. Convênios e Terceirização.....	17
b) Licitações: princípios, competência legislativa, dispensa e inexigibilidade, modalidades, concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão presencial e eletrônico, habilitação, julgamento, recursos, adjudicação e homologação. Registro de Preços. Tipos de Licitação. Revogação e anulação da licitação. Revogação e anulação da licitação.....	24
c) Bens públicos: noções gerais, espécies, afetação e desafetação. Uso de bens públicos. Autorização, permissão, cessão e concessão de uso, concessão de direito real de uso, concessão de direito real de uso especial para fins de moradia. Formas de aquisição e alienação. Meios de utilização dos bens públicos. Regime dos bens públicos móveis e imóveis. Gestão patrimonial.....	44
PONTO 3 a) Organização administrativa: Noções gerais. Administração direta e indireta. Desconcentração e descentralização. Criação, extinção e capacidade processual dos órgãos públicos. Pessoas administrativas: pessoas políticas, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e outras entidades privadas delegatárias. Delegação social. Organizações sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, entidades de utilidade pública.....	49

SUMÁRIO

b) Agentes públicos: Conceito, espécies. Conceito de Servidores Públicos. Classificação dos servidores públicos. Exercício do poder de polícia por servidores celetista. Regime jurídico dos servidores. Organização funcional. Classificação dos cargos públicos. Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas. Modificações dos níveis, alteração de nomenclaturas, reclassificação e reenquadramento de cargos na escala funcional. Desvio de função. Regime Constitucional dos servidores públicos. Concurso Público. Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas. Requisito de inscrição e requisitos de cargos. Invalidação do concurso. O direito à revisão judicial de provas e exames seletivos à luz dos tribunais pátrios. Da investidura do servidor público. Estágio experimental e estágio probatório. Estabilidade.....	60
c) Regime jurídico dos servidores civis do Estado do Rio de Janeiro. Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro e seu Regulamento.....	72
d) Autarquias. Conceito. Características. Criação, extinção, organização e transformação. Personalidade jurídica. Forma. Objeto. Espécies. Patrimônio. Prerrogativa fiscal. Prerrogativas processuais. Exceção do privilégio da execução. Regime jurídico funcional. Justiça competente para as causas judiciais. Atos e contratos. Responsabilidade civil. Controle. Tipos de controle. Dirigentes. Agências autárquicas reguladoras. A nova visão do Estado brasileiro. Regulação. Conceito. Regulação, regulamentação, desregulamentação, deslegalização e auto-regulação. Regulação no Brasil. Essencialidade. Natureza jurídica das agências reguladoras. Privilégios da autarquia de regime especial. Independência normativa e sua competência. A questão da deslegalização. Função reguladora. Limites ao poder normativo. Independência decisória. Autonomia econômico-financeira. Independência administrativa dos gestores. A investidura dos membros diretores. Controle das agências reguladoras. Natureza da taxa de regulação. Fiscalização sobre a agência de regulação. Criação e extinção da agência reguladora. Agência executiva.....	76
PONTO 4 a) Poder de polícia.e suas modalidades. Natureza jurídica do poder de polícia. Competência. Poder de polícia originário e poder de polícia delegado. Finalidade e fundamento. Objeto. Polícia administrativa e polícia judiciária. Formas de atuação do poder de polícia. Sanções de polícia. Meios de execução do poder de polícia. Limites do poder de polícia administrativa. Remuneração pelo exercício do poder de polícia. Características do Poder de Polícia. Âmbito de incidência do poder de polícia. O poder de polícia e a responsabilidade da Administração Pública.....	79
..	
b) Intervenção do Estado na propriedade: noções gerais, conceito, natureza jurídica e espécies. Servidão, requisição, Ocupação temporária. Limitações administrativas. Tombamento. Desapropriação: espécies, fundamentos, competência, desvio de finalidade.....	81
c) Poderes da Administração: Poder hierárquico, disciplinar e regulamentar.....	86
PONTO 5 a) Gestão financeira: orçamento, receita e despesa, execução orçamentária. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Sistemas de controle externo e interno. Tribunais e Conselheiros de Contas. Responsabilidade Fiscal.....	89
b) Controle da atividade administrativa: noções gerais, controle parlamentar e jurisdicional. Autocontrole. Contencioso administrativo. Prescrição e coisa julgada administrativa. Improbidade Administrativa.....	105
c) Processo administrativo: princípios constitucionais, direito a informações e certidões. Requisições de processos. Processo Administrativo Estadual: a Lei nº 5.427 de 01.04.09. Direito à produção de provas; Da prova emprestada; Direito à revisibilidade, (duplo grau).....	121

SUMÁRIO

PONTO 6 a) A responsabilidade civil do Estado e a sua aplicabilidade no Estado de Direito: Incidência da responsabilidade civil do Estado. Tipos de Responsabilidade. Síntese evolutiva da responsabilidade civil do Estado. Subsistência da responsabilidade subjetiva. Responsabilidade objetiva: Teoria do risco criado (ou suscitado). Teoria da culpa ou da falta do serviço. Pressupostos para a aplicação da responsabilidade objetiva. Exclusão da responsabilidade civil do Estado: força maior, caso fortuito, culpa exclusiva da vítima, fato de terceiro. Atos de multidões, danos de obra pública. A responsabilidade objetiva na legislação brasileira. Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado que exerça função pública. Direito de regresso. Denúnciação à lide. A responsabilidade civil do Estado e o poder de polícia. A responsabilidade do Estado e o ato de improbidade administrativa. A Responsabilidade civil do Estado e a lei de responsabilidade fiscal. A responsabilidade civil do Estado por atos legislativos. Responsabilidade civil do Estado por atos judiciais.....	127
b) Garantias e ações constitucionais dos administrados. Controle de legalidade pelo habeas corpus, mandados de segurança individual e coletivo, habeas data, ação popular e ação civil pública.....	132
c) Serviços públicos: Noção básica de serviço público. Características. Classificação. Serviços inerentes e por opção político-constitucional. Diferença de serviço público e serviço de utilidade pública. Titularidade. Princípios. Remuneração. Usuários. Execução do serviço. Novas formas de prestação dos serviços públicos. Desestatização e privatização. Gestão associada. Regimes de parceria. Regime de convênios administrativos. Regime dos contratos de gestão - As Organizações Sociais, Gestão por Colaboração - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. d) Concessão e permissão de serviços públicos: Natureza jurídica do contrato de concessão. Delegação legal e delegação negocial. Estrutura do contrato de concessão ou permissão e a sua relação trilateral. Componentes da relação trilateral: Poder Público ou poder concedente; concessionário ou permissionário e usuário do serviço público. Poder concedente. Encargos do poder concedente. Regulamentação e fiscalização. Intervenção na prestação do serviço. Encampação como consequência de intervenção do poder concedente no serviço concedido. Intervenção como consequência do encargo do poder concedente de intervir no serviço concedido. Aplicação de sanções como consequência de intervenção do poder concedente no serviço concedido. Direito de reversão. Extinção da concessão. A análise da responsabilidade civil do Estado em relação à concessionária de serviço público. A responsabilidade subsidiária do poder concedente – insolvência da concessionária, responsabilidade subsidiária do poder concedente em relação aos prejuízos causados pela concessionária. Responsabilidade civil da concessionária. Garantias e obrigações da concessionária. Política tarifária. Reajuste e revisão das tarifas. Equilíbrio econômico-financeiro na concessão e permissão; Concessão especial de serviços públicos; Parcerias Públicos Privadas.....	135

Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

PC-RJ

Delegado de Polícia

A apostila preparatória é elaborada antes da publicação do Edital Oficial com base no edital anterior, para que o aluno antecipe seus estudos.

Volume II

JL004-N9-B

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro - PC-RJ

Delegado de Polícia

Atualizada até 08/2019

AUTORES

Direito Penal - Profº Rodrigo Gonçalves

Direito Processual Penal - Profº Ricardo Razaboni

Direito Administrativo - Profª Bruna Pinotti

Direito Constitucional - Profº Fernando Zantedeschi

Medicina Legal - Profº Ricardo Razaboni

Direito Civil- Profª Mariaela Cardoso

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina

Leandro Filho

Christine Liber

DIAGRAMAÇÃO

Thais Regis

Renato Vilela

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.



SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO 1 a) Nacionalidade: conceito, natureza, aquisição e perda. b) Direitos políticos. Partidos Políticos. c) Garantias dos direitos individuais, sociais e coletivos. d) Poder Constituinte originário e derivado. e) Da defesa do Estado e das Instituições democráticas. Atribuições constitucionais dos órgãos encarregados da segurança pública. f) Conceito e Natureza da Constituição. Constitucionalismo. Tipos de Constituição. Interpretação da Constituição. Princípios. Eficácia da norma constitucional. Rigidez Constitucional e suas implicações no modelo federativo brasileiro. g) Organização do Estado. Federação e soberania. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos e as respectivas Emendas Constitucionais.....	01
PONTO 2 a) Divisão e organização dos Poderes da República. b) Poderes. Funções e atribuições nas três esferas de governo. c) O controle de constitucionalidade no sistema federativo brasileiro. Formas de controle. Características e peculiaridades. d) Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos. Emendas Constitucionais. e) Soberania Popular e forma de exercício. f) Da intervenção nos Estados e Municípios. g) Da Defesa do Estado e das Instituições democráticas. Atribuições constitucionais dos órgãos encarregados da Segurança Pública.....	10
PONTO 3 a) Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. b) Poder Constituinte originário e derivado. Objetos e princípios fundamentais da Constituição. c) Interpretação da Constituição. Supremacia constitucional. Controle de Constitucionalidade. d) Da defesa do Estado e das Instituições democráticas. Atribuições constitucionais dos órgãos encarregados da segurança pública. e) Da ordem social. Do meio-ambiente. Dos índios. f) Processo Legislativo. Repartição de competências. g) Da organização do Estado. Federação e soberania. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos e as respectivas Emendas Constitucionais.....	16
PONTO 4 a) Organização do Estado. Federação e soberania. b) Responsabilidade do Presidente, do Governador e do Prefeito. c) Comissão Parlamentar de Inquérito. d) Orçamento – Leis Orçamentárias. e) Da defesa do Estado e das Instituições democráticas. Atribuições constitucionais dos órgãos encarregados da segurança pública. f) Poder Judiciário e garantias dos direitos individuais, sociais e coletivos. Mandado de Segurança. Ação Popular. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Injunção. Ação Civil Pública. g) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	21
PONTO 5 a) Competência da Justiça Federal e Estadual. b) Conceito e Natureza da Constituição. Constitucionalismo. Tipos de Constituição. Interpretação da Constituição. Princípios. Eficácia da norma constitucional. Rigidez Constitucional e suas implicações no modelo federativo brasileiro. c) Da intervenção nos Estados e Municípios. d) Poder Judiciário e garantias dos direitos individuais, sociais e coletivos. Mandado de Segurança. Ação Popular. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Injunção. Ação Civil Pública. e) O controle de constitucionalidade no sistema federativo brasileiro. Formas de controle. Características e peculiaridades. f) Processo Legislativo. Repartição de competências. g) Da defesa do Estado e das Instituições democráticas. Atribuições constitucionais dos órgãos encarregados da segurança pública.....	35
PONTO 6 a) Organização do Estado. Federação e soberania. b) Garantias dos direitos individuais, sociais e coletivos. c) Da defesa do Estado e das Instituições democráticas. Atribuições constitucionais dos órgãos encarregados da segurança pública. d) Interpretação da Constituição. Supremacia constitucional. Controle de Constitucionalidade. e) Arguição de descumprimento de preceito fundamental. f) Organização do Estado. Federação e soberania. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos e as respectivas Emendas Constitucionais. g) Responsabilidade Civil do Estado. Improbidade Administrativa. Dos Instrumentos de Garantias Constitucionais.....	42

SUMÁRIO

MEDICINA LEGAL

PONTO 1 a) Conceito e divisão da Medicina Legal; História da Medicina Legal; Corpo de delito; Perícias e Peritos em Medicina Legal; Documentos Médico-Legais; Identidade e Identificação: Conceitos; Identificação Humana e Perícias Biométricas. b) Traumatologia Forense: Classificação dos agentes lesivos; quantidade e qualidade do dano; Lesões e morte por armas brancas (instrumentos perfurantes, cortantes, perfuro-cortantes, cortocontundentes).....	01
PONTO 2 a) Tanatologia Forense: Conceito e diagnóstico da morte; Fenômenos cadavéricos; Cronologia da morte; Pré-moriência e comoriência; Sobrevivência; Morte suspeita e Morte súbita; Lesões intravital e lesões post mortem. b) Traumatologia Forense: Lesões e morte por instrumentos perfuro-contundentes, projéteis de arma de fogo comuns e projéteis de arma de fogo de alta energia; lesões e morte por explosivos.....	14
PONTO 3 a) Traumatologia Forense: Lesões e morte por ação térmica, por baropatas e por ação elétrica. Síndrome de maus tratos à criança e ao adolescente (abusos físicos, sexuais e outros). b) Sexologia Forense: Aspectos médico-legais dos crimes contra a dignidade sexual. Conceito de ato libidinoso; diagnóstico de conjunção carnal e ato libidinoso diverso de conjunção carnal; estupro.....	19
PONTO 4 a) Asfisiologia Forense: Conceito de asfixias; classificação dos tipos e modalidades: constrição do pescoço, sufocação e mudança do meio ambiente. b) Aspectos médico-legais da gravidez, parto e puerpério. Aborto. Infanticídio. Provas de vida intra-útero e intraparto.....	21
PONTO 5 a) Toxicologia Forense: Conceito de cáustico e veneno; Principais causas jurídicas de envenenamento. Drogas de uso e abuso. b) Limitadores e modificadores da imputabilidade penal e capacidade civil. Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, perturbação da saúde mental.....	24
PONTO 6 a) Aspectos médico-legais das drogadições (toxicomanias) e da embriaguez. Principais drogas ilícitas e substâncias de uso e abuso. b) Aspectos médico-legais do casamento. Parafilias. Exames de locais de morte suspeita: Perinecropsia: o cadáver, manchas suspeitas; identificação de pelos humanos; Tanatologia Forense: inumação e exumação, causa médica e causa jurídica da morte.....	28

DIREITO CIVIL

PONTO 1 a) Direito Civil-Constitucional.....	01
b) Pessoa natural. Personalidade jurídica. Capacidade. Nascituro. Direitos da Personalidade. Transplante de órgãos. Domicílio. Ausência. Sucessão provisória. Sucessão definitiva.....	02
c) Obrigações. Conceitos e elementos essenciais. Modalidades. Transmissão.....	10
d) Títulos de crédito. Disposições Gerais. Cheque, letra de câmbio, nota promissória e duplicata.....	19
e) Posse. Conceito, evolução, classificação, aquisição, perda. Efeitos. Função social da posse. Legitimação da posse. Usucapião.....	29
f) Sucessões.....	32
g) Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90).....	39
PONTO 2 a) Norma jurídica: vigência, eficácia, classificação, interpretação e aplicação no tempo e no espaço.....	51
b) Pessoas jurídicas. Conceito. Classificação. Desconsideração da personalidade jurídica. Bens. Classificação.....	55
c) Teoria Geral dos Contratos.....	60
d) Propriedade. Conceito e características. Classificação. Usucapião. Função social da propriedade. Propriedade urbana. Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01). Propriedade fiduciária. Direito de superfície.....	66
e) A família no Código Civil e na Constituição da República. Casamento. Relações de Parentesco. Relações homoafetivas. Lei de violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340/06).....	73
f) Sucessão Testamentária.....	83

SUMÁRIO

g) Estatuto da Criança e do Adolescente. (Lei nº 8.069/90).....	85
PONTO 3 a) Princípios Constitucionais no âmbito das relações privadas.....	95
b) Fatos, atos e negócios jurídicos: conceito, classificação, defeitos, modalidades, forma e prova. Existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos. Nulidade e anulabilidade. Prescrição e Decadência.....	98
c) Contratos em espécie.....	112
d) Direitos reais sobre coisa alheia.....	118
e) Alimentos. Noções gerais. Características. Obrigação alimentar. Natureza e espécies. Irrenunciabilidade dos alimentos. Alimentos provisórios, provisionais e definitivos.....	123
f) Sucessão em geral. Sucessão legítima.....	124
g) Estatuto do Idoso. (Lei n.º 10.741/03).....	130
PONTO 4 a) Responsabilidade civil e consumerista. Prescrição e decadência.....	134
b) Obrigações. Adimplemento e extinção. Inadimplemento.....	139
c) Recuperação judicial e extrajudicial. Falência.....	150
d) Direitos reais de garantia. Penhor e hipoteca.....	153
e) União Estável: Leis n os 8.971/94 e 9.278/96. A união estável no Código Civil. Conceito. Características. Efeitos. Dissolução. Concubinato. Relações de parentesco: conceito, espécies, linhas e graus. Efeitos legais.....	156
f) Sucessão testamentária: histórico. Pressupostos. Capacidade ativa e capacidade passiva no testamento. Restrições à liberdade de testar. Codicilo. Legados. Testamenteiro. Formas de testamento: testamentos comuns. Público, cerrado e particular. Características. testamentos especiais. Testamento marítimo, aeronáutico e militar. Caducidade. Testamento nuncupativo.....	160
g) Direitos autorais (Leis n os 9.609/98 e 9.610/98).....	162
PONTO 5 a) Direito subjetivo. Direito potestativo. Faculdade jurídica. Direito adquirido. Expectativa de direito. Fatos e atos jurídicos. Ato jurídico perfeito. Coisa julgada. Conflito de leis no tempo e no espaço. Relação jurídica.....	165
b) Ato jurídico. Negócio jurídico. Classificação, elementos e interpretação dos negócios jurídicos. Representação. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito. Assunção de dívida. Cessão de contrato.....	170
c) Atos unilaterais. Gestão de Negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa.....	182
d) Servidão- Constituição- Exercício- Extinção- Usucapião. Direito de vizinhança. Restrições ao direito de propriedade.....	184
e) Casamento. Capacidade para o casamento. Celebração e provas. Celebração do casamento. Assento de casamento. Casamento nuncupativo. Casamento por procuração. Provas do casamento. Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular. Regime de bens entre os cônjuges.....	189
f) Tutela e Curatela.....	194
g) Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).....	196
PONTO 6 a) Títulos de crédito. Disposições Gerais. Cheque, letra de câmbio, nota promissória e duplicata.....	208
b) Posse. Conceito, evolução, classificação, aquisição, perda. Efeitos. Função social da Posse. Legitimação da Posse. Usucapião.....	215
c) A família no Código Civil e na Constituição da República. Casamento. Relações de Parentesco. Relações homoafetivas. Lei de violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340/06).....	217
d) Obrigações. Adimplemento e extinção. Inadimplemento.....	228
e) Recuperação Judicial e extrajudicial. Falência.....	237
f) Alimentos. Noções gerais. Características. Obrigação alimentar. Natureza e espécies. Irrenunciabilidade dos alimentos. Alimentos provisórios, provisionais e definitivos.....	241
g) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).....	242

ÍNDICE

DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO 1 a) Nacionalidade: conceito, natureza, aquisição e perda. b) Direitos políticos. Partidos Políticos. c) Garantias dos direitos individuais, sociais e coletivos. d) Poder Constituinte originário e derivado. e) Da defesa do Estado e das Instituições democráticas. Atribuições constitucionais dos órgãos encarregados da segurança pública. f) Conceito e Natureza da Constituição. Constitucionalismo. Tipos de Constituição. Interpretação da Constituição. Princípios. Eficácia da norma constitucional. Rigidez Constitucional e suas implicações no modelo federativo brasileiro. g) Organização do Estado. Federação e soberania. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos e as respectivas Emendas Constitucionais.....	01
PONTO 2 a) Divisão e organização dos Poderes da República. b) Poderes. Funções e atribuições nas três esferas de governo. c) O controle de constitucionalidade no sistema federativo brasileiro. Formas de controle. Características e peculiaridades. d) Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos. Emendas Constitucionais. e) Soberania Popular e forma de exercício. f) Da intervenção nos Estados e Municípios. g) Da Defesa do Estado e das Instituições democráticas. Atribuições constitucionais dos órgãos encarregados da Segurança Pública.....	10
PONTO 3 a) Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. b) Poder Constituinte originário e derivado. Objetos e princípios fundamentais da Constituição. c) Interpretação da Constituição. Supremacia constitucional. Controle de Constitucionalidade. d) Da defesa do Estado e das Instituições democráticas. Atribuições constitucionais dos órgãos encarregados da segurança pública. e) Da ordem social. Do meio-ambiente. Dos índios. f) Processo Legislativo. Repartição de competências. g) Da organização do Estado. Federação e soberania. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos e as respectivas Emendas Constitucionais.....	16
PONTO 4 a) Organização do Estado. Federação e soberania. b) Responsabilidade do Presidente, do Governador e do Prefeito. c) Comissão Parlamentar de Inquérito. d) Orçamento – Leis Orçamentárias. e) Da defesa do Estado e das Instituições democráticas. Atribuições constitucionais dos órgãos encarregados da segurança pública. f) Poder Judiciário e garantias dos direitos individuais, sociais e coletivos. Mandado de Segurança. Ação Popular. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Injunção. Ação Civil Pública. g) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.	21
PONTO 5 a) Competência da Justiça Federal e Estadual. b) Conceito e Natureza da Constituição. Constitucionalismo. Tipos de Constituição. Interpretação da Constituição. Princípios. Eficácia da norma constitucional. Rigidez Constitucional e suas implicações no modelo federativo brasileiro. c) Da intervenção nos Estados e Municípios. d) Poder Judiciário e garantias dos direitos individuais, sociais e coletivos. Mandado de Segurança. Ação Popular. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Injunção. Ação Civil Pública. e) O controle de constitucionalidade no sistema federativo brasileiro. Formas de controle. Características e peculiaridades. f) Processo Legislativo. Repartição de competências. g) Da defesa do Estado e das Instituições democráticas. Atribuições constitucionais dos órgãos encarregados da segurança pública.....	35
PONTO 6 a) Organização do Estado. Federação e soberania. b) Garantias dos direitos individuais, sociais e coletivos. c) Da defesa do Estado e das Instituições democráticas. Atribuições constitucionais dos órgãos encarregados da segurança pública. d) Interpretação da Constituição. Supremacia constitucional. Controle de Constitucionalidade. e) Arguição de descumprimento de preceito fundamental. f) Organização do Estado. Federação e soberania. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos e as respectivas Emendas Constitucionais. g) Responsabilidade Civil do Estado. Improbidade Administrativa. Dos Instrumentos de Garantias Constitucionais.	42

PONTO 1 A) NACIONALIDADE: CONCEITO, NATUREZA, AQUISIÇÃO E PERDA. B) DIREITOS POLÍTICOS. PARTIDOS POLÍTICOS. C) GARANTIAS DOS DIREITOS INDIVIDUAIS, SOCIAIS E COLETIVOS. D) PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E DERIVADO. E) DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS. ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS DOS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SEGURANÇA PÚBLICA. F) CONCEITO E NATUREZA DA CONSTITUIÇÃO. CONSTITUCIONALISMO. TIPOS DE CONSTITUIÇÃO. INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO. PRINCÍPIOS. EFICÁCIA DA NORMA CONSTITUCIONAL. RIGIDEZ CONSTITUCIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO MODELO FEDERATIVO BRASILEIRO. G) ORGANIZAÇÃO DO ESTADO. FEDERAÇÃO E SOBERANIA. NORMAS CONSTITUCIONAIS RELATIVAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AOS SERVIDORES PÚBLICOS E AS RESPECTIVAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS.

“Constituir” é o termo designado como formador ou organizador de alguém ou de alguma coisa. Significa, assim, ser parte de algo maior. Pode-se afirmar que direito constitucional é o ramo do direito que apresenta um conjunto de normas e regras que regulamentam a estruturação do próprio estado e a articulação de seus elementos. O objeto de estudo do direito constitucional, evidentemente, é a Constituição. Para compreender melhor a noção de uma constituição, é imprescindível conhecer o movimento do Constitucionalismo.

CONSTITUCIONALISMO

O constitucionalismo tem sua origem no século XVIII, sobretudo na época das Grandes Revoluções, período que envolve a Revolução Inglesa (1642-1651), a Revolução Francesa (1789-1799) e a Revolução Norte-americana (1775-1783).

Durante o período conhecido como Absolutismo, a figura do Monarca concentrava todo o Poder para si, cabendo a este todo o poder político e de governança, podendo estabelecer regras, e decretar punições para aqueles que infringiam tais regras. Isso tudo se deve ao fato de que o fundamento do poder do Monarca consistia na teoria de que seus poderes tinham origem divina (a figura do Rei era vista como um “descendente de Deus na Terra”). Logo, o Rei apenas poderia prestar contas de seus atos perante Deus no dia de sua morte. Assim, era de se esperar que o Monarca utilizava e muito de seu poder teocrático e influência político-religiosa para, por exemplo, aumentar a carga tributária de seu povo da noite para o dia, retirar a propriedade do terreno pertencente a um indivíduo, ou até mesmo condenar alguém à pena de morte, antes mesmo de ter qualquer tipo de julgamento justo.

A necessidade de controlar e fiscalizar o Poder Estatal, bem como de garantir maior proteção às vidas das pessoas, fez com que mudanças fossem exigidas. A “Era das descobertas”, como ficou conhecida, foi marcada por diversos movimentos que almejavam maior conhecimento e maior valorização do homem, como um indivíduo uno e singular.

Na economia, o movimento mercantilista fez com que os comerciantes entrassem em conflito com os governantes, uma vez que a maior parte de seus lucros eram repassados aos cofres públicos a título de tributos, criados de forma autoritária pelos Reis, caracterizando uma verdadeira exploração daquela classe econômica.

Na arte, uma retomada da apreciação da cultura greco-romana, de forma bastante nostálgica e saudosista, deu origem ao Renascimento Cultural. A qualidade técnica e a busca pela perfeição foram os pontos marcantes do movimento renascentista, que tinha sempre como objeto principal a valorização do ser humano, demonstrando uma característica bastante antropocentrista.

Na política, o Iluminismo foi ponto essencial para discussões sobre como atribuir um controle mais eficiente da ação do Estado. Aqui temos as bases de diversos institutos que repercutem até os dias de hoje, como a responsabilidade civil do Estado na prestação de serviços públicos, a Separação do Poder Político em três funções, o devido processo legal, entre outros.

Mas o Direito talvez seja o âmbito que tenha apresentado maiores transformações. A ideia de que uma pessoa estava acima da Lei era inaceitável. A criação de um governo submisso às leis que ele próprio cria é a característica fundamental de um Estado de Direito. Há, também, a promulgação de um documento que elenca direitos e garantias inerentes a toda e qualquer pessoa, também conhecido como a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. Tal documento, por si só, não possui a mesma força vinculante de uma lei, mas foi considerado o primeiro grande impulso para a adoção dos direitos humanos fundamentais em diversos Estados.

Tudo isso provocou transformações na visão de Estado que a sociedade tinha. Agora, o Estado passa a ter uma obrigação de abster-se de interferir na vida privada de seus cidadãos, e não poderia mais interferir nas liberdades individuais das pessoas. Surge a figura do Estado liberal, com fulcro no *laissez faire laissez passer que lê monde va de lui même*.

Por outro lado, os particulares passam a obter diversos direitos, garantias e liberdades, que antes eram praticamente impossíveis de se materializarem. Não havia mais a mera distinção entre nobres e não-nobres, todos são iguais perante a lei, uma vez que são pessoas com dignidade, a qual deve ser respeitada. É com base nesse contexto histórico que o constitucionalismo surge. E se há um instrumento que materializa esse movimento, tal instrumento é a Constituição.

CONSTITUIÇÃO: CONCEITO E NATUREZA

Difícil estabelecer um conceito de Constituição. A doutrina também não é unânime quanto ao tema, considerando que cada país adota um modelo distinto, com suas especificações e características próprias. Contudo, podemos atribuir uma definição mais concreta, considerando as diferentes acepções do termo ao longo da História. Pode-se afirmar que a Constituição possui diversas óticas ou sentidos:

1. Acepção sociológica

O sentido sociológico é apresentado na obra “A Essência da Constituição”, de Ferdinand Lassale. Para o autor, a Constituição é elaborada, sempre tendo como perspectiva os fatores reais de poder na sociedade. A Constituição tem o seu texto delimitado por aqueles que possuem uma parcela real de poder da sociedade, ainda que isso não esteja explicitamente exposto na mesma.

2. Acepção política

Esse sentido político é apresentado por Carl Schmitt em “Teoria de la Constitución”. O conceito de Constituição não está na Constituição em si, mas nas decisões políticas tomadas antes de sua elaboração. Sendo assim, a própria Constituição é um modelo essencialmente político, e será estruturada considerando fatores como o regime de governo e a forma de Estado vigentes no momento de elaboração da lei maior.

3. Acepção material

O sentido material da Constituição, como o próprio nome diz, refere-se ao seu conteúdo ou matéria. O que define se uma norma será ou não constitucional é o seu conteúdo e não a sua mera presença no texto da Carta Magna. Isso significa que podemos distinguir as normas em dois grandes grupos: as que possuem caráter constitucional, e as que não possuem tal característica.

Podemos citar como exemplo uma lei que regula parte relevante do processo eleitoral: apesar de formalmente ser uma lei infraconstitucional, pelo fato de regular um direito político irrenunciável que é o sufrágio universal, tal lei é considerada norma constitucional.

4. Acepção formal

Tal sentido apresenta-se como o exato oposto ao sentido material. Nessa ótica, o conteúdo de uma norma é irrelevante, pois o que é considerado constitucional é a forma ou método em que tal norma foi inserida no ordenamento jurídico. De modo geral, uma norma será constitucional quando estiver prevista na Constituição. A Constituição Federal brasileira de 1988 é considerada uma constituição formal, uma vez que, além de apresentar a matéria quanto à estrutura do Estado e o exercício do poder pelos governantes, também contempla disposições que não são materialmente constitucionais. É o caso da regra disposta no art. 242, § 2º, ao estabelecer que “O Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal”.

5. Acepção jurídica

É a acepção defendida por Hans Kelsen, em “Teoria Pura do Direito”. Kelsen divide a norma jurídica em dois mundos: o mundo do ser, que possui resultados concretos e materiais, e o mundo do dever ser. Ao tratar do dever ser, Kelsen argumenta que ele somente existe quando uma conduta é considerada objetivamente obrigatória. Contudo, somente é possível impor objetivamente uma conduta por meio do Direito, o que significa que a lei é a que estabelece o dever ser. A norma terá sua validade e eficácia apenas quando estiver inserida dentro de um ordenamento jurídico próprio. Tal norma deve encontrar seu fundamento em uma norma hierarquicamente superior. Assim, a Constituição serve como o ponto de origem, que fundamenta a criação de todas as demais normas e regras jurídicas, permanecendo no topo da estrutura hierárquica do direito. Essa estrutura costuma ter a denominação de “Pirâmide de Kelsen”, e a Constituição deve permanecer sempre no topo dessa pirâmide.

TIPOS DE CONSTITUIÇÃO

Cada Estado apresenta o seu modelo de Constituição da forma que entende ser a melhor para atender os anseios de sua nação. Raramente encontraremos uma Constituição de um país igual a outra. Isso também se deve ao fato de que cada país tem a sua própria História, suas próprias guerras e conflitos, e com isso, cada País evolui de uma forma diferente dos demais. Devido a essa gama de espécies diferentes, a doutrina opta por um sistema de classificação das Constituições, agrupando-as com base em características similares.

De modo geral, as Constituições podem ser classificadas:

1. Quanto à forma

a) **Escrita:** é a Constituição estabelecida em um texto, com aprovação do Poder Legislativo do seu conteúdo, materializado pela noção de “Contrato Social”. O seu conteúdo é variável, podendo conter apenas as normas de estrutura do Estado (constituição sintética), ou normas que não são consideradas de matéria constitucional (constituição analítica). O Brasil adota uma Constituição escrita analítica. Geralmente são adotadas por países que tem o sistema de Civil Law.

b) **Não escrita:** são as normas constitucionais que não estão reunidas em um único texto. Não há a necessidade de previsão expressa, devido à possível origem em outros fatores sociais, como os costumes. Esse modelo é adotado no Reino Unido e na Nova Zelândia. Geralmente são países que adotam o sistema de precedentes, também conhecido como Common Law.

2. Quanto ao modelo de elaboração

a) **Dogmática:** sempre escritas, estas Constituições são elaboradas num só ato a partir de concepções pré-estabelecidas e ideologias (dogmas) presentes na sociedade. Todas as Constituições brasileiras foram dogmáticas, incluindo a atual.

b) Histórica: é característico da constituição não escrita, uma vez que o seu processo de formação é fruto de uma longa e contínua evolução histórica do Estado. A constituição inglesa é histórica.

3. Quanto à estabilidade

a) Rígida: é a constituição que exige um processo legislativo bastante longo e árduo para a sua alteração. Uma constituição mais rígida garante maior segurança jurídica, pois os cidadãos adquirem a confiança de que seus governantes não irão utilizar seus poderes para alterar o texto constitucional por motivos pessoais.

b) Super-rígida: parte da doutrina defende essa modalidade especial de constituição, pois além do fato de haver um processo legislativo longo para sua alteração, há dispositivos constitucionais que não podem ser alterados. São as denominadas cláusulas pétreas.

c) Flexível: não é necessário um processo legislativo mais árduo para a alteração das normas constitucionais, utilizando-se do mesmo processo das normas infraconstitucionais. Sua possibilidade de alteração é mais fácil e, por isso, traz menor segurança jurídica.

d) Semiflexível ou semirrígida: apenas uma parte da Constituição é rígida, enquanto a outra parte é mais flexível.

4. Quanto à função

a) Garantia: sua finalidade é pura e simplesmente a limitação do Poder Estatal, garantindo liberdades e garantias a todos os cidadãos.

b) Dirigente: é a constituição que vai além da garantia da liberdade e da limitação do Poder, definindo um projeto de Estado a ser almejado. A Constituição Federal de 1988 é dirigente.

5. Quanto à origem

a) Outorgada: é uma constituição imposta ao povo, pelo seu governante. Não há a possibilidade de deliberação de seu conteúdo, haja vista que é uma imposição unilateral.

b) Promulgada: também denominada constituição democrática, é aquela que é votada, decorrente do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, cuja composição é por membros escolhidos pelo povo (legitimação popular).

c) Cesarista: é a Constituição que é imposta pelo governante, mas que há uma ratificação do povo, que exerce um voto de confiança para o texto constitucional.

6. Quanto à dogmática:

a) Ortodoxa: é a constituição formada por uma única ideologia, apresentando uma visão mais unitária da forma de atuação do Estado.

b) Eclética: é elaborada com base em diversos fatores multiculturais, trazendo ideologias conciliatórias. A Constituição brasileira de 1988 é eclética, uma vez que possui valores como a primazia do trabalho e interfere pouco na atividade empresarial. Porém,

também se preocupa com a proteção ao meio ambiente, a função social da propriedade, e a garantia de direitos sociais e coletivos para as pessoas mais fragilizadas (trabalhador, criança, idoso, etc).

Muito comum aparecer em questões de concursos públicos, é importante saber a classificação correta da Constituição de 1988. Assim, pode-se afirmar que **a Constituição Federal de 1988 é uma constituição: escrita, dogmática, rígida (ou super-rígida), dirigente, promulgada e eclética.**



#FicaDica

Uma questão de prova da PC-RJ para o cargo de Delegado de Polícia, banca Ceperj, do ano de 2009, considerou correta a seguinte alternativa: "Diz-se que a Constituição brasileira de 1988 é rígida porque: c) prevê, para sua reforma, a adoção de procedimento mais complexo, em tese, do que o adotado para a modificação das leis."

DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

Os direitos humanos envolvem uma gama enorme de liberdades e garantias, que foram conquistadas e adquiridas pela humanidade ao longo de sua História. A divisão dos direitos humanos em Gerações é uma ideologia trazida por Karel Vasak, um jurista tcheco e diretor da divisão dos Direitos do Homem da Unesco. Em 1979, durante uma palestra sobre direitos humanos na Universidade de Estrasburgo, e ao apresentar o tema, Vasak propôs, para fins didáticas, em uma divisão dos direitos humanos em Três Gerações. Importante conhecer cada uma e delimitar o seu campo.

1. Direitos individuais ou De Primeira Geração

Para compreender o surgimento dos direitos humanos, é preciso entender o contexto histórico pelo qual culminou na sua descoberta. Desde já pretende-se deixar bastante claro que os direitos não surgem do nada, mas são o resultado de um longo processo de evolução histórica de concepções, da sociedade, da cultura, das crenças, entre outros fatores. Por isso, é essencial compreender a noção de liberdade que as pessoas tinham à época.

Durante todo o século XVII, a sociedade europeia vivia sob o regime Absolutista. Essa forma de governo era caracterizada pela concentração do Poder estatal nas mãos de uma única pessoa. O Monarca era a figura central do Estado. Sob o fundamento de que a origem de seus poderes era divina, o Monarca exercia suas funções de acordo com a própria vontade, não prestava contas de seus atos para ninguém. Importante frisar que, ainda naquela época o Estado e o Clero eram entidades que tinham grande poder de influência, vez que as sociedades antigas sempre tiveram um forte apego à religião como parte do seu cotidiano.

Isso não significa que as demais pessoas, que compunham as classes econômicas mais baixas, não tinham liberdade. Mas o que a diferenciava era a forma como a qual tais indivíduos exerciam suas liberdades. Henri-Benjamin Constant de Rebecque explica que a liberdade dos antigos consistia em exercer coletiva, mas diretamente, várias partes da soberania, seja para deliberar na praça pública sobre a guerra e a paz, para concluir com estrangeiros tratados de alianças, para votar as leis, para pronunciar sentenças, examinar contas, os atos de gestão dos magistrados, para fazê-los comparecer perante o povo, para submetê-los a acusações, e para condená-los ou absolvê-los. As liberdades dessas pessoas eram exercidas sempre de forma coletiva, pois elas não enxergavam a possibilidade de exercer tais liberdades de modo individual e singularmente, e mesmo que tentassem exercê-la dessa maneira, eram fortemente controlados e vigiados.

A conquista das liberdades individuais é um marco que dá início a ideologia dos direitos humanos fundamentais. Considerando a constante prática de abusos por parte do Monarca, a sociedade clamava pela implementação de instituições que pudessem controlar o poder estatal. Os grandes conflitos do século XVII, dentre eles destaca-se a Guerra Civil Inglesa (1642-1651), a Revolução Francesa (1789), e a Guerra da Independência Americana (1775-1783), esses conflitos armados foram o ponto de origem para a conquista dos direitos e liberdades individuais.

As relações entre as pessoas e o Estado se alterariam para sempre. Se antes o Poder político tinha grande influência, considerando o forte cunho religioso, agora o Poder emana exclusivamente do povo, sendo que todos nascem livres e iguais. O Estado, seja na figura do Monarca ou sob uma outra forma de governo, deve, agora, abster-se de interferir de forma indevida na vida privada de seus cidadãos, garantindo que todos possam viver livres, em segurança, serem donos de suas próprias terras (propriedade privada), e sobretudo, ter suas pretensões garantidas em juízo quando violadas por outrem ou pelo próprio Estado. Os privilégios conferidos aos nobres "de sangue azul" eram inadmitidos nesse novo modelo de sociedade.

Diversos movimentos surgiram para enfatizar as liberdades individuais. Com o liberalismo econômico de Adam Smith, os comerciantes passavam a ter ampla liberdade na gestão de seus negócios, podendo vender suas mercadorias para qualquer interessado, garantindo seus lucros pela ausência de tributos cobrados de modo injusto. O industrialismo advém com os grandes proprietários de maquinários, dando início ao modo de produção capitalista e a liberdade de realizar contratos de trabalho. O iluminismo trouxe grandes avanços para a ciência política, e seus principais pensadores foram responsáveis por criar mecanismos de controle da atuação do Estado, como a figura do Estado de Direito (que se sujeita às Leis que ele próprio cria), a separação dos Poderes em três Funções; a responsabilidade do Estado na prestação de serviços públicos, o devido processo legal, o direito de petição, etc. No âmbito jurídico, temos a promulgação da "Declaração dos Direitos Universais do

Homem e do Cidadão", dando grande ênfase na ideia de que todos os homens são iguais perante à Lei, enfatizando a igualdade entre as pessoas, ainda que formal.

Na Constituição Federal de 1988, as liberdades individuais, ou os Direitos da Primeira Geração, estão dispostas em diversos incisos do artigo 5º.

Sobre os direitos políticos, também característicos da Primeira Geração de Direitos Humanos, é importante destacar o artigo 14 da Constituição Federal, o qual apresenta o exercício da soberania popular através do sufrágio universal, bem como as condições e elegibilidade e as causas de inelegibilidade.

A **soberania popular** será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

O plebiscito é o instrumento de consulta popular utilizado antes de qualquer produção legislativa.

Já o referendo é o instrumento em que o legislador dá a população uma escolha entre duas opções, acerca de uma referida matéria.

A iniciativa popular para a criação de leis, devendo ser apresentada à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles (art. 61, § 2º, CF/1988).

Esses instrumentos de tomada de decisão direta pela população fazem com que nosso regime democrático seja bastante único. O Brasil possui um regime político de democracia semidireta, uma vez que ele mescla a representatividade, com esses mecanismos de decisão direta do povo.

São condições de elegibilidade, na forma do § 3º do art. 14 da CF/1988:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de:

- a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- d) dezoito anos para Vereador.

Por outro lado, são causas de inelegibilidade o cidadão brasileiro:

- A) Os inalistáveis e analfabetos (art. 14, § 4º, CF/1988); e
- B) dentro no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja